



Câmara Municipal de São Paulo

01 - PL
01-0590/93-5

do Proc.	590	do 19.93
JLC		

PROJETO DE LEI

100 110 12

AS COMISSÕES DE

CONSTITUIÇÃO E JUNTIVA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

12 AGO 1993

Saúde, Promoção Social e Trabalho;

FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PRESENTE

Institui a obrigatoriedade de criação e implantação de curso básico de orientação e aperfeiçoamento aos servidores Municipais que trabalhem nas creches do Município de São Paulo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica o Executivo obrigado, através da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, a implantação de curso básico de orientação e aperfeiçoamento aos Servidores Municipais, que lidam com bebês e crianças, nas creches do Município de São Paulo.

Parágrafo Único - O curso básico de orientação e aperfeiçoamento deverá ser ministrado por pessoal altamente qualificado.

Art. 2º - Caberá também ao Executivo:

I - Recrutar através de concurso público os orientadores, que atuaram de acordo com o plano educador e profissionalizante adotado;

II - Fornecer todos materiais e instrumentos necessários ao andamento normal do curso, adquiridos através de licitação pública.

Art. 3º - Os cursos deverão ser periódicos e as matérias serão escolhidas, de acordo com os interesses dos funcionários, e as necessidades pertinentes à carreira.

Art. 4º - O Executivo deverá regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Os investimentos e despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1993.

Wadih Mutran
WADIH MUTRAN
Vereador



Câmara Municipal de São Paulo

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

É do conhecimento de todos a falta de preparo de funcionários que trabalham nas creches do Município de São Paulo, e que devido a essas carências vem ocorrendo mortes de bebês, sendo que os casos mais recentes encontram-se relatados nos Jornais Folha de São Paulo e Folha da Tarde do dia oito de julho de mil novecentos e noventa e três, onde em menos de vinte horas, dois bebês morreram em creches municipais depois de tomarem leite.

Tais casos lamentáveis são inadmissíveis; não podendo se repetir. Esses acontecimentos dolorosos são vergonhosos para o perfil de uma cidade como a de São Paulo.

A presente propositura virá superar estas situações lamentáveis, atendendo indubitavelmente o interesse público em colocar um ponto final neste problema, e portanto, estamos certos que nossa proposta merecerá total acolhida - desta Augusta Casa.